

AS FACES E OS VALORES DA LEITURA EM GOIÂNIA (1937 - 1960)

Orlinda Carrijo Melo¹

Resumo

Essa pesquisa, de natureza qualitativa, inscreve-se na perspectiva da História Cultural, tendo como base os estudos de Chartier, Elias, Certeau, Lajolo, Darnton, Melo, entre outros, que têm a leitura como objeto de investigação. Analisa as faces, as representações e as práticas da leitura e dos leitores de Goiânia, no período de 1937 (fundação de Goiânia) a 1960, (fundação de Brasília). Cidade inventada, a nova capital de Goiás representa uma nova configuração não só no Estado de Goiás, como também no sertão central do Brasil. Nesse sentido, o sertão goiano, considerado inculto e selvagem, busca com a construção de Goiânia seu pertencimento à nação brasileira e também à civilização européia, produzindo novas sociabilidades e múltiplas sensibilidades. O cotejo das fontes, livros, documentos e depoimentos dos leitores entrevistados do período analisado, demonstrou a importância que as práticas de leitura com suas teorias e metodologias assumiram, entre outras práticas culturais e educacionais, na construção dos discursos da modernidade, do progresso e da cultura urbana como processos “positivos” que levariam à consolidação de Goiânia como uma “cidade civilizada”. No imaginário social dos leitores, essa cidade inventada é representada como centro educativo, cultural e literário, “de igual valor ao eixo Rio - São Paulo”. De modo geral, as instituições formais de leitura existentes como escolas, bibliotecas públicas e as informais como cafés, bancas de revista fizeram parte da vida dos leitores ao se tornarem espaços representativos da cultura goianiense cujos discursos aí construídos marcaram o modo de “ler e ver” a nova capital. Nesse estudo, foi possível perceber as relações dos leitores da cidade com essas instituições através das práticas de leitura ali desenvolvidas e também os valores atribuídos à leitura, numa cidade inventada, inserida no projeto político desenvolvimentista de modernização e interiorização do Brasil.

Palavras – chave: Leitura. Leitores. Valores. Modernidade.

Essa pesquisa se inscreve na perspectiva da História Cultural e tem como objetivo conhecer as práticas, representações e imagens da leitura de uma cidade – Goiânia – planejada e construída de acordo com os valores da modernidade, do progresso e da cultura urbana. Através de estudos e pesquisas em livros, documentos de arquivos, de bibliotecas públicas e particulares e de depoimentos orais e escritos de leitores da época, foi possível recriar a história da leitura dessa cidade no período de 1933, data de sua fundação, até o início de 1960 quando Brasília se preparava para ser inaugurada.

Goiânia, cidade inventada, representa uma nova configuração no contexto do Estado de Goiás. Configuração que, de acordo com Elias (1980, p.142), pode ser uma formação social de tamanho variável, uma cidade, um jogo de cartas ou um tabuleiro de xadrez em que existe uma cadeia de dependências recíprocas entre os indivíduos que a compõem. Para esse autor, numa configuração deve haver um equilíbrio flutuante de tensões que permita a

¹ Universidade Federal de Goiás/ Faculdade de Educação. Email: carrijomelo@uol.com.br

perpetuação dos valores disseminados. Quando esse equilíbrio é rompido porque um indivíduo ou um grupo torna-se mais poderoso, surge uma outra configuração assentada em um novo equilíbrio de forças e, assim, uma nova “rede de interdependências de aliados ou de adversários” (ELIAS, 1980, p.142) se impõe.

Nesse contexto, é possível compreender como as idéias sobre a construção de uma nova capital para o Estado de Goiás vão se constituindo no imaginário político e social da época. Nessa direção, a cidade planejada desconstrói o equilíbrio da antiga configuração – a tradicional Cidade de Goiás – gerando novas redes de interdependências de aliados – os mudancistas – e de adversários – os antimudancistas, atores fundamentais na montagem desse cenário de práticas de leitura.

Pode-se dizer que Goiânia representa uma nova configuração não apenas no contexto do Estado de Goiás, mas também no sertão do Brasil. É certo que para se igualar aos países europeus, o litoral brasileiro necessitava construir a imagem de um outro símbolo de atraso, que não o próprio litoral, para elevar o Brasil à condição de país “civilizado”. O “outro símbolo” imaginado, pelas suas próprias características - atrasado, longínquo, desconhecido – passou a ser o Brasil interior. E, nesse, o sertão goiano (PEREIRA, p.2002-36). Dentro dessa perspectiva, o sertão goiano, “inculto e selvagem” buscou também, com a construção da nova capital de Goiás, seu pertencimento não só à nação brasileira, mas também à civilização européia.

Assim, os valores da modernidade são disseminados no litoral, especificamente, no Rio de Janeiro e também em São Paulo. O eixo Rio-São Paulo torna-se, nessa época, o paradigma da modernidade para o Brasil e, principalmente, para o “sertão goiano” que quer se livrar do estigma de atrasado e inculto. Há, desse modo, um empenho desmesurado, segundo Ortiz (1991, p.32-33), de “esculpir o retrato do Brasil condizente com o imaginário civilizado”. Na esteira desse empenho, o “sertão” tenta, com todas as suas forças políticas e sociais, ser reconhecido, não como “apêndice atrasado” do litoral, mas como uma região promissora, que acolhe os valores da modernidade, da urbanização e do progresso. Nesse cenário, é que busquei compreender o processo de formação dos leitores com suas leituras, nos tempos e nos espaços que os constituíram.

Entre idas e vindas, na trajetória desse trabalho, a rede de falas foi tecida pelos leitores. Uns indicavam os outros que, através das entrevistas, deram corpo a esse trabalho.

Quem são os leitores entrevistados? São pessoas da elite intelectual que produziram valores que foram disseminados através da leitura e das instituições de leitura na nova capital.

Assim, 7 homens e 9 mulheres formaram o grupo de 16 entrevistados distribuídos da seguinte maneira: 12 professores, 3 funcionárias públicas, uma empregada doméstica e benzedeira. A categoria “professor” englobou 3 escritores e 1 advogado. Esses leitores entrevistados criaram imagens e representações de leitura dentro de uma configuração de época em que os valores sociais estavam ligados ao progresso, à cultura urbana e à modernidade.

Por que uma empregada doméstica que é também benzedeira compõe esta pesquisa? Se o critério de escolha das pessoas era ser considerado leitor ou leitora na época enfocada, essa empregada doméstica o era. Era normalista mas nunca conseguiu ser professora, segundo ela, por ser negra. Assim, através de seu trabalho como doméstica, lê os livros dos patrões e por isso suas leituras são similares às da elite intelectual. Ao mesmo tempo, lê também a Bíblia e a vida dos santos para o ofício de benzedeira. Tradição e modernidade mesclam a vida dessa senhora que se localiza na “periferia” da elite intelectual goianiense, aderindo, portanto, ao seu discurso. Elias (1980, p. 144-145) explica que os elos de interdependência criam uma rede em que “o comportamento de muitas pessoas separadas [...] sejam por questões econômicas ou sociais [...] enreda-se de modo a formar estruturas entrelaçadas”.

Por que esses sujeitos sociais e não outros? É importante lembrar que o saber ler e escrever supostamente cria uma das condições de ser leitor e, nessa época, a cidade de Goiânia convivia com uma alta taxa de analfabetismo. Assim, eu só poderia tecer a rede de dados com pessoas que fossem consideradas leitoras e, por serem leitoras e possuírem livros ou frequentarem os espaços de leitura da cidade foram consideradas, nesse trabalho, integrantes da elite intelectual, independentemente da sua situação econômica e social.

É importante registrar que a partir do momento em que me identifiquei para os leitores entrevistados como professora da Universidade, percebi que o passado que eu queria pesquisar já vinha elaborado, atravessado por discursos representativos daquilo que esses leitores pressupunham que eu queria ouvir. Houve uma tentativa, consciente ou não, por parte deles, de alinhamento dos discursos. Do deles com o meu. Ou seja, naquele momento, houve uma suposta relação em que “um intelectual falava para outro intelectual” sobre as práticas de leitura de Goiânia.

Considero esse primeiro momento um impasse. De impasses, então, foi feito esse trabalho: deveria penetrar nesse mundo para sair dele ou estabelecer nesse percurso o confronto que poderia provocar o desvelamento das práticas e representações de leitura dos leitores de Goiânia? Fui em frente e instaurei-me como ouvinte-narradora. Mas narradora que

narra as histórias de leituras contadas pelos leitores. Narradora que procura indícios, representações e práticas de leitura. A reflexão e a análise permearam todo esse trabalho.

Nesse caminho da interlocução, a fala livre, sem censura, foi surgindo num ambiente onde se instaurou o diálogo. Diálogo fruto da escuta, da provocação e do confronto. A partir de perguntas provocadoras sobre as práticas de leitura, os leitores entrevistados contaram suas histórias de leitura entrelaçadas com a história de leitura da cidade.

Com efeito, o cenário estava montado: entre a velha e a nova capital, o caminho foi construído com muita euforia pelos adeptos da mudança da capital e com muito rancor pelos antimudancistas. É certo que esse caminho necessita ser recriado, segundo Rago (1997, p.20), “menos para conhecer o passado do que para entender como foi interpretado. Como se lia? Que verdades foram produzidas? Como se escreveu a história? Que mitos foram criados?”

Vale dizer que a mudança da capital estava em perfeita sintonia com os interesses de Vargas, uma vez que atenderia economicamente à política de interiorização do Estado Novo, através da chamada “Marcha para o Oeste”, visando à expansão capitalista rumo à Amazônia. Vale dizer também que retirar a administração estadual da Cidade de Goiás, colocando-a na nova capital significaria confinar os Caiados, oligarquia dominante, à cidade decadente e abrir espaço para a oligarquia dissidente, representada por Pedro Ludovico Teixeira, Interventor Federal em Goiás, após a Revolução de 1930 e fundador de Goiânia. É nesse ambiente que os intelectuais políticos ligados a Pedro Ludovico elaboram seus discursos enfatizando a decadência e o atraso da Cidade de Goiás, em contraposição aos valores “positivos” da modernidade, do progresso e da cultura urbana que a nova cidade engendraria.

Ademais, esse discurso mudancista é também apropriado e refigurado por outros discursos como os da academia, da imprensa, da literatura, da escola, da família, da igreja que produzem práticas e representações de leitura através de vários impressos que circulam nessa época, como jornais, revistas, livros, folhetins, etc.

Nota-se pela leitura do imaginário dos autores mudancistas que Goiânia significa a modernidade, locomotiva do progresso, que promoveria o uso das técnicas e das ciências para o desenvolvimento do sertão goiano e, por que não do sertão brasileiro. O processo de mudança é, nesse ambiente, simbolizado sem conflitos, em perfeita harmonia, como se não houvesse os transtornos próprios de uma cidade em construção, ou mesmo um discurso oposicionista. A historiografia mudancista refere-se muito pouco a esses problemas e aos ataques da oposição. Os historiadores preocupam-se muito mais em mistificar a figura de

Pedro Ludovico, “enquanto figura heróica e fantástica”, silenciando verdades e suprimindo muitos atores sociais (RAGO,1997, p.22) que participaram desse momento histórico.

Contraditoriamente, se de um lado, a Cidade de Goiás, nessa época, é representada como decadente, por outro lado, a sua vida cultural e social revela imagens que têm “algo de caricatura resultante da imitação apressada de outras realidades ou configurações históricas” (IANNI, 1996, p.46). Desse modo, novas sensibilidades são reveladas no imaginário coletivo da Cidade de Goiás. O desejo de progredir e de não ficar à margem da civilização leva as famílias ricas a uma atitude cosmopolita desvairada”, como diz Sevcenko (1983, p.36), para conduzir suas vidas pelas imagens e representações de Paris, considerada “o coração do coração do mundo”. O “desejo de ser estrangeiro” produz novas sociabilidades que vão desde os estudos dos filhos na Europa até o falar “francês em sociedade”. Sociabilidades que também permitiram, como se verá adiante, entender os valores atribuídos à leitura e às instituições de leitura na nova capital, para onde a maioria dessa elite intelectual se mudou, carregando todos os símbolos representativos da “ilustração” adquirida na velha capital e em outros lugares. Como se pode perceber, a representação da “efervescência” cultural e intelectual da velha capital não abala as bases dos discursos mudancistas. Políticos e intelectuais, imbuídos de motivações políticas, econômicas, sociais, sanitárias e higienistas oferecem a sustentação necessária à ação do poder, simbolizado por Pedro Ludovico, de levar adiante a mudança da capital do Estado de Goiás.

De fato, no imaginário mudancista, a nova capital não poderia ficar aquém da cidade decadente. A cidade moderna, estrategicamente, teria que propiciar a reconstrução das práticas educacionais e culturais de seus novos habitantes e, ao mesmo tempo, a construção de novas práticas de leitura. Processos indispensáveis ao equilíbrio de tensões dessa nova configuração.

A literatura, como missão de escamotear as tensões sociais, é um dos grandes trunfos dos governos do período de 1933 a 1959. Não é menos conhecido o fato de que o poder público sempre cria “instâncias próprias de consagração de autores e obras” no sentido de ampliar “as garantias para a continuidade da [política] cultural” (MICELI,1979, p.193). Assim, os valores difundidos pelo nacionalismo de Vargas, através de um processo de mitificação, são refigurados pela política nacional- desenvolvimentista de JK, alicerçados nas práticas de leitura na família, na escola, na igreja e em outros espaços. Autores como Rui Barbosa, Olavo Bilac e Monteiro Lobato disseminam, através de suas obras e de seus trabalhos junto ao poder, valores como nacionalismo, ordem, progresso, transformando-se em

“construtores” da nacionalidade. Segundo Barbosa (1994, p. 24-25) os autores, pelos valores que eles projetam, recebem o reconhecimento da sociedade, principalmente durante a escolaridade, o que lhes faculta também a imagem de “autores-heróis”. São cultuados como mitos que não podem ser esquecidos, mesmo que suas obras não sejam lidas. São verdadeiros “monumentos” que perdurarão enquanto houver o equilíbrio de tensões no jogo de interesses políticos e sociais.

Nessas circunstâncias, os intelectuais políticos são de fundamental importância não só para o processo de mudança da capital, mas também para a manutenção dos valores que asseguram a idealização da nova capital como cidade moderna, civilizada, sadia e higiênica. Tornam-se os guardiões da memória oficial. A produção intelectual por eles produzida, através de artigos em jornais e revistas e de livros, aliada ao acesso às carreiras e aos postos burocráticos em todas as áreas do serviço público, permitem-lhes trânsito livre nas várias instâncias do poder, contribuindo “para tornar a elite burocrática uma força social e política, com autonomia relativa” (MICELI, 1979, p.132), para interferir nos interesses políticos e sociais do Estado. Assim, eles interpretam e reinterpretam a história da mudança de acordo com a força política que emerge do jogo do poder, assegurando a veiculação do imaginário “salvacionista” do processo de modernização da sociedade. Os discursos circulantes, através das práticas de leitura, entre outras práticas culturais, dão conteúdo à perenização de Pedro Ludovico, como “mito empreendedor do progresso”, uma vez que “o mito só é durável enquanto existir um relativo consenso em torno de sua veracidade” (ORTIZ, 1991, p.191) – garantia do não esquecimento.

As instituições da leitura

Com a transferência definitiva da capital do Estado para Goiânia em 1937, os leitores entrevistados se cruzam nos espaços em que se constituem como leitores – as instituições de leitura. Fruto de um mapeamento, elas assim apareceram: instituições de leitura públicas e formais, instituições de leitura privadas e formais, instituições de leitura informais e também instituições culturais que promoviam práticas de leitura.

Dessas, selecionei, para análise, as instituições que foram lembradas por todos os leitores entrevistados.

Os leitores buscaram, nas suas lembranças, primeiramente, as instituições de leitura públicas e formais. Nelas passaram “um bom tempo”, como relembra um leitor, o Sr. Gildo.

Entre idas e vindas, elas foram, assim, selecionadas: Biblioteca Pública Municipal de Goiânia, Liceu de Goiânia, Escola Normal Oficial e Grupo Escolar Modelo. Nas representações imaginárias desse leitor, essas instituições situam-se como “centros culturais e literários de igual valor aos do eixo Rio-São Paulo”. De modo geral, essas quatro instituições fizeram parte da vida dos leitores entrevistados, ao se transformarem em espaços figurativos de práticas de leitura dos estudantes goianienses. Uns estudaram no Liceu, outros na Escola Normal Oficial, outros no Grupo Escolar Modelo e, ainda freqüentaram a Biblioteca Pública para pesquisas ou retirada de livros. Muitos dos leitores entrevistados, além de alunos, tornaram-se também professores das instituições escolares citadas.

As instituições de leitura privadas e formais na cidade inventada foram surgindo e se espalhando, incentivadas pelo governo, a partir do final da década de 1930, que proclamava que não havia recursos suficientes para arcar sozinho com a educação de toda a população. Falácia que não fez parte dos discursos justificativos da mudança da capital. É certo que as instituições particulares, com o seu objetivo de expansão, atenderam prontamente a essa solicitação, surgindo tanto escolas confessionais como laicas.

Os leitores entrevistados evidenciam que, apesar das características comuns entre as escolas particulares, uma se sobressaiu na formação de leitores: o Colégio Santa Clara para moças. Instituição religiosa, mais do que nunca, ela representa, no imaginário social, o espaço de formação de leitoras pela prática da “boa leitura” como norma de conduta para se viver na cidade em construção.

É importante esclarecer que o percurso das interdições marca o processo de formação de leitores e as práticas de leitura dessas instituições; a “liberdade vigiada”, as proibições, a disciplina, o controle são produzidos a partir dos valores idealizados que são repassados através dos elos de interdependências que ligam essas instituições, formando uma cadeia que se sedimenta na cidade inventada. Nessa cadeia, outras práticas de leitura em instituições formais são também buscadas pelos leitores. Assim, vendedores ambulantes, livrarias, bancas de jornais produzem os “lugares praticados” das várias leituras na nova capital.

Os vendedores ambulantes marcam, de maneira especial, as práticas e representações de leitura dos leitores entrevistados. O que fica revelado, no cenário de suas lembranças, é a possibilidade de ler os “últimos livros” do mercado editorial, leitura essa garantida pela entrega certa e rápida, e ainda com a vantagem das longas prestações que permitem tanto à Dona Lalá, leitora de família abastada, como à Dona Sebastiana, leitora de família pobre, a apropriação das leituras desejadas. Esses “intermediários do mercado literário”, representam,

portanto, a vanguarda das leituras consideradas modernas mais cobiçadas pelos leitores. Segundo Darnton (1992, p.54), graças a homens como os vendedores ambulantes, “a oferta pôde suprir a procura e, obras mais ousadas penetraram por capilaridade no mercado literário”, contribuindo para alimentar muitas “idéias” que derrubaram vários regimes autoritários.

Nesse período, uma livraria que se destaca é o Bazar Oió, pertencente ao livreiro Olavo Tormim, que publicava o *Jornal Oió*, famoso pelos debates literários contidos nas suas páginas. As imagens e representações presentes nos discursos do *Jornal Oió*, de Olavo Tormim e dos leitores entrevistados desenham essa livraria como um espaço hiperbólico de leituras e, ainda celebram a sua “efervescência” literária e cultural como se ela representasse um ambiente acadêmico igual ao das atuais Universidades. Tanto é que Dona Julieta, uma leitora voraz, orgulhosamente, reedita as imagens dos encontros com os autores de livros no Bazar Oió: “Eram debates, como os de hoje, os de vocês na Universidade”. As lembranças evocadas por Dona Julieta projetam sua figuração como uma leitora que também participava ativamente desses debates. A sua modernidade estaria, desse modo, em parte, garantida também por essas práticas de leitura no Bazar Oió.

É interessante lembrar que as pessoas que liam eram integrantes da elite intelectual e cultural da cidade inventada e, nessa época, o índice de analfabetismo era grande, fato que excluía uma grande parcela da população das práticas de leitura dessas instituições citadas. Apesar de Olavo Tormim comentar que a sua livraria “era aberta tanto ao governador quanto ao gari”, acredito que as possibilidades do “gari” eram muito mais restritas devido à sua situação financeira.

Nesse contexto, Dona Sebastiana, negra, empregada doméstica e benzedeira é um caso interessante. Com Curso Normal, mas pobre, não podendo comprar os “livros modernos”, os últimos lançamentos, freqüenta o Bazar Oió. Suas lembranças revelam práticas de leitura inusitadas: depois do trabalho lia algum livro na livraria, “aos pedaços”, em pé, diante da estante. O desejo de participar do mundo dos livros anesthesiava suas pernas: não sentia as dores. Fome, muito menos, porque “abastece-se” nas suas leituras. No entanto, detém a posse do livro apenas momentaneamente porque se apropria de uma leitura que pode ser interdita pela venda. Por isso, a pressa em ler os últimos lançamentos que a colocariam “par a par” com os discursos modernos da intelectualidade da cidade inventada.

O Bazar Oió, com o “fervilhar” de tantos leitores e tantas leituras, chama a atenção de Hallewell (1985, p.529) para o “sertão civilizado”: “E já em 1958, possuía um livreiro-editor

digno de menção: Olavo Tormim que publicava obras de história e literatura locais com o sinete editorial ‘Oió’, nome de sua livraria na praça dos Bandeirantes, em Goiânia”. Há poucas fontes referenciais ao Bazar Oió. Alguns livros locais referem-se a ele muito sucintamente, o que me levou a retomar as entrevistas várias vezes, cotejando-as com a coleção do *Jornal Oió*, pertencente à biblioteca do escritor Bariani Ortêncio. Com a ditadura de 1964, Olavo Tormim teve seus bens apreendidos, entre eles, a livraria.

Perto do Bazar Oió, uma banca de jornais foi lembrada por todos os leitores entrevistados: a banca do italiano João Mannarino, um dos espaços de leitura referenciais de representação de modernidade. Através dessa banca, a leitura moderna dos jornais se desdobra no espaço público: nas ruas, nas praças e em tantos outros lugares. As falas dos leitores revelam imagens de leitores inquietos, à espera dos jornais que os colocariam numa cadeia de informações sobre as novidades do Brasil e do mundo. Essa ponte letrada permite o equilíbrio das tensões mesmo que momentaneamente, uma vez que os leitores se deslocam para as grandes cidades através das práticas de leitura desses jornais. Os jornais do litoral cujos nomes, *O Globo*, *Jornal do Brasil*, *O País*, numa encenação metafórica e metonímica, impõem imagens de uma parte do Brasil para todo o território nacional, criando a ilusão de que o sertão participa do cenário político, social e cultural brasileiro.

Na década de 1940 e início da de 1950, a cidade planejada conviveu com práticas de leitura informais – aquelas não institucionalizadas – mas que, por força das imagens e representações de leitura dos leitores, exigiram o registro nesse trabalho. Assim, bibliotecas particulares, hotéis, bares, farmácia, alto falante, casas de família são evocados como “lugares praticados” informais de leitura.

A narração das práticas de leitura dos lugares informais foi alinhavada pelos fios da memória individual dos leitores que, através dos elos de interdependência, trançou os fios da memória coletiva. A cada provocação da memória, as lembranças moldavam as imagens que povoavam esses lugares. Espaços como o Hotel Normando, o Marmo Hotel, o Bar do Chico Lopes, o Bar Bambu e o Bar Choupança acolhiam muitos leitores e escritores que discutiam as idéias modernistas que, timidamente, começaram a aportar em Goiás.

Um lugar inusitado era a Farmácia Santana, do farmacêutico Agnelo Arlington Fleury, situada à Rua 6, no centro, que recebia almanaques, jornais, revistas e até livros que eram distribuídos ou vendidos aos leitores.

Os serões literários nas residências dos leitores e uma Ampliadora Cultural, colocada no centro da cidade, provocaram encontros dos moradores da nova capital que reeditavam

imagens da modernidade e do progresso através das informações fornecidas: o último livro, a última moda, o último filme; ou seja, o último consumo que garantiria a igualdade de condições da nova capital com as “cidades civilizadas”.

De fato, a rede de sentidos imaginários apreendida através das práticas de leitura das instituições informais recompõe a rede de sentidos imaginários presentes nas práticas de leitura das instituições formais. A seqüência dos discursos dos leitores entrevistados, dos jornais, das revistas e dos autores locais leva à celebração da cidade planejada como o teatro do prazer e da felicidade total. Nem a falta de energia elétrica, por muitos meses, rompe “o arrebatamento emocionado” dos leitores com suas leituras. As práticas, imagens e representações de leitura inebriam a cidade com uma “felicidade extravagante”, como diz Borges (1983, p.76), que fragiliza toda tentativa de eclosão de conflitos ou de desarmonia. Não há ruptura nos discursos.

Leitura: as faces, os valores e as representações

Como já foi dito, uma cidade planejada e “plantada” longe da linha do litoral brasileiro, por si só, produz imagens e representações múltiplas. Nesse jogo de imagens e representações da cidade e de si mesmos, os leitores entrevistados reconstruíram o passado através das suas lembranças, revelando não só filiações às instituições de leitura que fizeram parte de suas vidas, mas também aos valores atribuídos à leitura nessas instituições. Portanto, vale perguntar: quais os valores atribuídos pelos leitores à leitura tendo em vista uma cidade simbolizada como moderna e civilizada?

A análise dos dados permitiu caracterizar as várias faces da leitura e os valores a ela atribuídos. Assim, “a leitura, ilustração herdada da família”, nasce no seio das famílias nas quais são produzidos discursos que funcionam como uma rede imaginária em que são tecidos os valores que uma família burguesa deveria transmitir aos filhos, para a consolidação da sociedade desejada. Ou seja, a ilustração através da cultura letrada é simbolizada mais como um processo de certificação cultural do que um motor de mobilidade social dentro desses mesmos grupos.

Bibliotecas, estantes, escritórios são o santuário da leitura e do livro representado no interior de uma casa burguesa. A casa representada irrompe em quartos e salas e uma sala é destinada à leitura. “Meu avô tinha uma biblioteca linda e rica”, comenta uma leitora, seguida por outra: “Íamos no escritório, depois do jantar; lá ficavam os livros”. Dona Lalá, uma das

leitoras entrevistadas, emociona-se ao lembrar-se dos livros lindos de capa vermelha, com friso dourado brilhante. Ficava encantada “com a capa e a beleza [...] e lógico com o conteúdo também”. O livro sacralizado, cuidadosamente cuidado pela mãe, é um “tesouro” no *Tesouro da Juventude* que ela tanto gostava de ler. É ouro que brilha. É vermelho que inflama a sua curiosidade na infância e vida afora. Sempre deixou de comprar roupas para comprar livros. Essa leitora sugere uma paixão incontável pela posse do livro. Essa paixão deriva do prazer que o livro lhe causa e do cheiro que os livros exalam. José Mindlin (1997, p.22) escreve que o livro lhe causa também um grande prazer sensitivo: “Além do conteúdo, edição, encadernação, diagramação, tipografia, ilustração ou papel, o livro exerce sobre mim uma atração física [...]. Minha tese é que a gente deve poder tocar naquilo que gosta, sentir objetos e pessoas”. O livro, portanto, instaura uma ordem que, além de provocar sentidos múltiplos nos leitores entrevistados, nas suas andanças pela leitura, recria através dos dispositivos tipográficos, sensações, cores e odores.

Assim, “a leitura herdada da família” engendra novos padrões de comportamento, novas práticas culturais. O berço familiar impõe-se. Para esses leitores-herdeiros não há ritos de passagem para a escola. Essa lhes interessa na medida que certifica um futuro profissional como um dos valores da modernidade. Por isso, buscam “a leitura, ilustração herdada da escola”, como um dos valores necessários à consolidação da nova ordem imposta pela modernidade. A ilustração familiar deveria ser complementada na escola com uma profissão. Alguns leitores entrevistados, apesar de possuírem um ambiente familiar rico em leitura, não possuem condições financeiras para começarem um negócio que lhes proporcione renda futura. Desse modo, a leitura, pela escolaridade, se lhes apresenta como um valor de ascensão social e profissional, essencial para a sobrevivência.

É importante dizer que o projeto político educacional proposto para orientar a escola no Brasil nesse período absorveu referenciais teóricos europeus e norte-americanos. O evolucionismo de Darwin, o positivismo científico e social de Comte e o organicismo de Spencer estavam presentes no pensamento educacional brasileiro e cubano, na sua proposta de valorização da escola. Se o desenvolvimento e o progresso implicavam a difusão da ciência e da tecnologia, haveria necessidade de reconstruir a escola tradicional - antítese da modernidade - para atingir os objetivos propostos pela modernidade. Nesse contexto, as ideias escolanovistas, baseadas em Dewey, representaram, no plano político, segundo Sant’Anna (1992, p. 52), a reconstituição dos conceitos liberais fundamentados na idéia de progresso que implementariam a modernização da escola. Todos os males seriam solucionados pela educação e “a ela caberia construir e formar simultaneamente a Pátria, a Nação e o Povo. Caberia às elites locais introduzir os valores do mundo civilizado nas relações sociais,

econômicas e culturais” (SANTOS; MONTEIRO, 2002, p. 23). Assim, áreas como Didática, Biologia, Psicologia e Sociologia foram consideradas fundamentais para as mudanças nas instituições educativas.

Nessas circunstâncias, dois leitores armam uma estratégia: procuram um lugar, nesse caso, o Seminário, para a confirmação dos valores que a escolaridade lhes traria. Para isso, usam táticas consideradas comuns em famílias pobres na época: representam-se como futuros sacerdotes até o momento em que dizem que “não têm vocação” e saem. Vão ser, então, professores nas escolas goianienses, apropriando-se cada vez mais das leituras que lhes garantem o trabalho. Lêem por dever, lêem por prazer.

Em nível mundial, a escola significa um dos símbolos da modernidade desejada, no seu papel de instituição de integração nacional. Com efeito, a construção de escolas é priorizada pelo governo de Goiás, atendendo às aspirações tanto dos “herdeiros da fortuna” como dos “herdeiros da sorte”. Nesse contexto, é interessante notar que os símbolos burgueses – escola, família e nação – constituem-se como lugares de ausência de conflitos. Os professores são representados como leitores e incentivadores de leitura, mesmo quando a usam como mero pretexto para o ensino da gramática. As dificuldades normais de uma escola – disciplina, relação professor-aluno, desenvolvimento do conteúdo, avaliação – são silenciadas. A força dos valores propagados não autoriza a ruptura desse silêncio. Para Sevcenko (2002, p.9), “as pessoas não conseguem driblar os ardis da memória e promover o retorno do reprimido [...] as práticas culturais, em termo de memória, é um processo de seleção. É excluído o que é mais perturbador da nova ordem”. No entanto, de quando em quando, a “memória traída”, nos seus intervalos, expulsa lembranças represadas que abrem espaços para “a leitura de vida dupla”. Livros perturbadores da ordem vão à caça dos leitores de livros autorizados.

Momentos de rupturas. O ritual da passagem do livro permitido ao livro proibido atinge tanto os “herdeiros da fortuna”, como os “herdeiros da sorte”. A família e a escola não participam desse ritual; funcionam apenas como espaços, entre outros, da leitura da clandestinidade que se apresenta sob vários rótulos: leitura pornográfica, leitura imoral, leitura comunista, leitura proibida, leitura indecente e outras leituras mais.

Muitos jornais da cidade inventada dão espaços à denúncia das leituras não permitidas que perseguem os leitores, clandestinamente, nos meandros ocultados da escola, da família e em tantos lugares, provocando novas sociabilidades na cidade construída. É interessante notar que as falas dos leitores entrevistados representam sempre as leituras clandestinas dos “outros”. Eles não se mostram nesse mundo das proibições. Nas suas representações

imaginárias, livros que ameaçassem a ordem e o progresso das instituições não faziam parte da seleta de livros das escolas e das famílias. É bom lembrar que a partir de 1930, com as várias interdições do governo de Vargas, instaura-se, no Brasil, o “silêncio letrado” (MELO, 1997), através da censura que provoca rupturas nos direitos de cidadania. A leitura, através dos vários impressos, é tutelada pelo Estado, havendo a submissão do campo cultural e intelectual ao campo do poder. Os intelectuais políticos ligados ao poder e os livros didáticos têm presença marcante nesse processo, como depositários da ordem instaurada. Ordem que produz os valores do ensino técnico, considerado imprescindível ao processo de modernização da sociedade. Assim, se os “herdeiros da fortuna” buscam a “ilustração” via carreiras liberais “certificadas”, os “herdeiros da sorte” buscam-na na negação do trabalho manual, através dos cursos técnicos dentro da configuração de país tecnificado. A valorização do trabalho técnico está atrelada “à grandeza do país” tão decantada nesse período enfocado. O mito do progresso individual e nacional endeusa a técnica.

Desobrigados do trabalho técnico, pela “ilustração” herdada da família e complementada pela escola, muitos leitores entrevistados continuam a tecer a rede de valores atribuídos à leitura. Nesse momento, é que se apresenta “a leitura feminina, tarefa doméstica-pedagógica” (LAJOLO e ZILBERMAN, 1999, p. 265), que recompõe o imaginário romântico da época “no sertão civilizado” que, adquirindo um sentido pedagógico, molda a educação e a vida social das mulheres entrevistadas. Múltiplas representações de leitura são evocadas por suas lembranças. Na sedução dos romances de M. Delly, Madame Sévigné e Madame Ségur marcam encontro. Como nos romances, essas leitoras imaginam-se como esposas, mães e professoras dedicadas e abnegadas cujas representações são impossíveis de ser concretizadas na vida real. No Brasil e em várias partes do mundo, no período enfocado por essa pesquisa, esses romances reproduzem um tipo de leitura popular, de evasão, apropriada pelas mulheres, que procuram identificar-se com as personagens das narrativas.

Com efeito, a intenção normatizadora desses romances encontra um campo fértil e peculiar para se desenvolver na cidade construída, devido à sua posição geográfica e cultural de “periferia do litoral” brasileiro. Mais do que nunca, essas leitoras do sertão constroem um imaginário que as identifique não só com as representações que fazem das elites brasileiras, mas também das elites européias. Ou seja, as mulheres goianienses possuem dupla referência para os valores idealizados na época: têm que passar pelo “eixo Rio-São Paulo” para alcançar uma outra etapa da civilização, os modelos europeus. Todas representam para si, o mito da heroína, da princesa em busca “do amor” que lhes garanta a “felicidade eterna”. “Era tudo

maravilhoso”, lembra-se uma leitora, o que confirma a sociedade representada como harmônica, sem problemas. Há, assim a naturalização da estrutura sócio-econômica desigual, bem como o ocultamento dos conflitos das classes sociais. Qualquer moça pobre poderia ter o “destino” de ficar rica e famosa, desde que assumisse o papel social vigente na época: mulher sensível, religiosa, bondosa, mãe zelosa e esposa dedicada. Também, se possível, professora, cumpridora dos seus deveres morais, conduta que lhe asseguraria as virtudes necessárias para “despertar” o príncipe encantado. Enfim, lembrando Lajolo e Zilberman (1999, p.265), através de táticas controladoras, a maioria das leitoras entrevistadas assume a sua “tarefa doméstico-pedagógica”, trabalho desqualificado perante os olhos masculinos.

Ao lado das leituras de evasão, as leituras religiosas também estão presentes no imaginário feminino. Inserem-se no projeto educacional das famílias e das escolas que, através do acesso a essas leituras, propiciam a assimilação de valores já sacramentados pela tradição e que, na modernidade, ganham força, aliados ao valores políticos, como instrumento controlador da ordem estabelecida. Remeto-me a Certeau (1994, p.264), quando alerta que a leitura religiosa produz uma passividade no leitor diante do texto. A cultura moderna “hierarquiza” as duas atividades das práticas de leitura: escrever é produzir o texto; ler é recebê-lo, sem questioná-lo. A recepção do texto pelos “fiéis leitores” implica em “reproduzir os modelos elaborados pelos manipuladores da linguagem”, assim como acontece com a “leitura da televisão”.

Pode-se perceber que as imagens produzidas do livro representam-no como um objeto sedutor e/ou sagrado, que deve ser “cultuado”, “digerido”, “devorado” para a “ilustração” do corpo e da alma. Nesse processo, os discursos manipuladores e os dispositivos tipográficos, capas, letras e títulos funcionam como uma maquinaria para chamar a atenção dos leitores que se deseja atingir. Assim, nessa cidade de tantas leituras e tantos leitores, os homens mostram também a face das suas leituras, construindo “a leitura masculina”. A rua é, assim, um espaço de leitura destacado para o homem – representação de sua posição social e profissional. Nas cidades modernas, lê-se nos bares, nos cafés, nas bancas de jornais, nos bancos de jardins, nas livrarias, por isso, também na nova capital, “os pontos de encontro das leituras dos homens são o Café Central, alguns bares, livrarias, banca do Manarinno, na Avenida Goiás”, confirma o Sr. José, um leitor entrevistado, que lê desde os clássicos até os jornais cuja leitura começa na rua.

Portanto, os homens da cidade inventada apropriam-se de todos os tipos de leitura: jornais, revistas, livros, folhetins, formando grupos para comentarem as “leituras sérias” e as

“leituras prazerosas”. Essas não ocupam os espaços da leitura feminina. As primeiras porque representam “problemas de homens” para os quais as mulheres ainda não estavam preparadas. As segundas, porque fazem parte da vida do “homem experiente”, como alerta o Sr. José. Isso me remete à Dona Rilda, uma leitora da época que conta que: “Nem tudo que meu marido lia, eu e minhas filhas líamos, porque ele dizia que era perda de tempo. Problemas de homem. Assuntos da política e do trabalho”.

Política, carreira profissional e, especialmente, o jornalismo são espaços das práticas de leitura masculinas. Esse último, o jornalismo, criador de “modas e novos hábitos, chegava a desafiar e a vencer a própria Igreja na disputa pelo controle das consciências”, contribuindo para a consolidação da imagem rígida “de uma sociedade ilustre e elevada, merecedora da atenção e do crédito europeu” (Sevcenko 1983:98-99).

Percebe-se que a simbolização das práticas de leitura masculinas revela uma intimidade desses leitores, escritores – jornalistas – professores – profissionais liberais, com os valores da cidade planejada. Fato justificado pelo surgimento de vários jornais e revistas nesse período pesquisado.

As leituras masculinas promovem também a recepção e apropriação de outras leituras que não se fecham só nesse espaço, alcançam também as leituras femininas. Assim, revela-se “a leitura, consumo da modernidade”, incentivada pela ampla difusão da imprensa.

Os leitores da cidade planejada, na sua ânsia de livrarem-se dos estigmas que o sertão lhes impunha, buscam as práticas de leitura “modernas” que representam, nesse contexto, um dos valores fundamentais na eliminação desse imaginário “sertanejo”. Assim, tornam-se consumidores das rápidas leituras modernas que estreitam o papel da literatura: livros cosmopolitas, jornais de vários tipos e revistas ilustradas e científicas circulam na nova capital. Além disso, buscam também os valores culturais consumidos pela modernidade nos espaços do cinema, do teatro, da rádio, da fotografia e, mais tarde, da televisão. E, nesse sentido, os cartazes e folhetos são eficientes para a publicidade desses espaços porque criam desejos de tal modo que os leitores aceitam o sistema de valores representados: as leituras modernas, rápidas e objetivas livram os leitores das leituras improdutivas que levam à indolência deixando espaço para os maus pensamentos. “Estimulantes”, as leituras modernas sugerem representações de felicidade, conforto, sucesso e ainda de reconhecimento social.

Se todos lêem, como explicar a outra margem da leitura, o seu contraponto, a não-leitura. “O uso do jornal não se limita só à leitura: ele pode ser o colchão de quem dorme”, o guarda-chuva, o papel para o fogo ou ainda o embrulho para coisas. “Com certeza o usuário

nem sempre é leitor, proprietário desse jornal” (POULAIN, 1997, p.94). É possível dizer que existam outras representações da leitura, entre elas, “a outra margem da leitura, ou da leitura sem leitores”.

Leitores sem leitura

Percebe-se que os leitores entrevistados, nas suas representações imaginárias, sutilmente, “expulsam” lembranças reprimidas que indiciam uma outra história das práticas de leitura na cidade inventada: a maioria da população não tinha acesso à leitura; muitos trabalhadores não sabiam ler e escrever. Assim, contraditoriamente, na “efervescência” das práticas de leitura de Goiânia, lembranças de poucos trabalhadores leitores são capturadas. Dona Sebastiana, leitora entrevistada, cujo marido era pedreiro, levanta alguns indícios das práticas de leitura de uns poucos trabalhadores: liam jornais velhos, bulas de remédios, almanaques e até horóscopos de dias passados. Jornais e revistas que deveriam ir para o fogo eram antes lidos e as notícias espalhavam-se no local de trabalho. Eram leituras ouvidas, compartilhadas, aceitas, negadas, ressignificadas que lhes traziam informações sobre a modernidade e o progresso da cidade que eles estavam construindo. A queima de jornais e de outros impressos achados representava, para esses trabalhadores, um cenário não das “luzes” do Iluminismo, mas a negação dessas “luzes” que provocavam a “escuridão” das precárias condições de trabalho e de educação dos trabalhadores que ainda não utilizavam as técnicas da modernidade. O trabalho manual convivia com o trabalho técnico qualificado, reservado a poucos.

A partir daí, percebi que na “memória escondida” existiam fatos que ainda não estavam perdidos mas que, por força dos valores configurados, continuavam submersos. Vale lembrar com Sevcenko (2002, p.9) que as pessoas excluem de suas lembranças tudo aquilo que contraria seus valores e normas de condutas. Mas, ao mesmo tempo, revelam imagens e representações que, de lances em lances, produzem outros cenários. Pode-se dizer que a “memória traída” desses leitores remete à representação de uma outra cidade, cuja realidade, com suas múltiplas configurações, desvela o lado negativo da modernidade e do progresso.

Por que esses leitores entrevistados revelaram, pouco a pouco, o reprimido, “o olhar negro” da “cidade moderna”, idealizada como a capital progressista do “sertão civilizado”? Chartier (1990, p.136) enfatiza que a leitura produz sentidos outros, diferentes daqueles imaginados pelos autores. Assim, não se pode afirmar a eficiência do poder aculturante dos

textos lidos por esses leitores. Por isso, eles não conseguem apagar totalmente de suas memórias as diferenças e os conflitos, recriando, como já se viu, “duas cidades” com suas múltiplas figurações: a cidade inventada pela “memória seletiva”, harmoniosa, que “fervilha” em leituras, e a cidade inventada pela “memória traída”, com restrição de práticas de leitura. Cidades contraditórias, mas imaginadas como uma só.

Acredito que esses leitores, que revelaram lembranças represadas de conflitos e tensões na rede de interdependências da cidade inventada, talvez quisessem dizer com Mário de Andrade (1942): “O meu passado não é mais meu companheiro. Eu desconfio do meu passado.”

É a partir dessa “desconfiança” que entendo que muitos estudos e pesquisas poderiam ser desenvolvidos pelo trabalho de “rememoração” da história local, adentrando um espaço lacunar, entre outros, o da outra face das práticas educativas da nova capital em que estejam presentes, entre outras, a história das práticas e representações de leitura dos trabalhadores-construtores da cidade inventada, a história das escolas públicas e de suas práticas educativas, a história da formação de professores e de suas práticas teóricas e metodológicas. Esses estudos poderiam aprofundar as análises sobre a concepção de educação, de ensino e de didática presentes nas escolas de Goiânia no período focado, buscando compreender a complexidade de uma cidade construída sob a égide da modernidade e da cultura urbana em um mundo em constante mudança para, a partir do presente, encaminhar propostas de escola calcadas no conhecimento, na aprendizagem e no respeito à diversidade. Nessa escola, seria possível a formação e convivência de muitos leitores críticos da complexa realidade sociocultural em que vivemos.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, M. Desconfianças. In SEVCENKO, N. *Memória traída: a estranha ciência do esquecimento*. Palestra. Universidade Estadual de Goiás. Goiânia, 2002.
- BARBOSA, R. L.L. *A mitificação da leitura – a construção do herói*. Tese (Doutorado), FE/UNICAMP, 1994.
- BORGES, Jorge Luís. *A biblioteca de Babel*. Lisboa: Terra-mar, 1983.
- CERTEAU, Michel de; *A invenção do cotidiano: arte de fazer*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, S/A, 1990.

- DARNTON, Robert. *Edição e sedição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- ELIAS, Norbert. *Introdução à sociologia*. São Paulo: Martins Fontes, 1980.
- HALLEWELL, Lawrence. *O livro no Brasil: sua história*. São Paulo: T. A. Queiroz: Editora da USP, 1985.
- IANNI, Octávio. *A idéia de Brasil moderno*. São Paulo: Brasiliense, 1996.
- LAJOLO, M. e ZILBERMAN, R.A. *A formação da leitura no Brasil*. São Paulo: Ática, 1999.
- MELO, Orlinda Carrijo. *Alfabetização e trabalhadores: o contraponto do discurso oficial*. Campinas/SP: Editora da UNICAMP; Goiânia/GO: Editora UFG, 1997.
- MICELI, Sérgio. *Intelectuais e classe dirigente do Brasil*. São Paulo: DIFEL, 1979.
- MINDLIN, José. *Uma vida entre livros: reencontro com o tempo*. São Paulo: Edusp; Cia. das Letras, 1997.
- ORTIZ, Renato. *Cultura e modernidade*. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- PEREIRA, Eliane M.C. Manso. TELHO, T.R. (org.). *Goiânia, cidade pensada*. Goiânia: Editora da UFG, 2002.
- POULAIN, Martine. Cenas de leitura na pintura, na fotografia, no cartaz, de 1881 a 1889. In: FRAISSE et al. *Representações e imagens da leitura*. São Paulo: Ática, 1997.
- RAGO, Margareth. *A nova historiografia brasileira: Palestra proferida no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, Campinas, São Paulo, 1997*.
- SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- _____. *Memória traída: a estranha ciência do esquecimento*. Palestra. Universidade Estadual de Goiás. Goiânia, 2002.
- SANT'ANA, J. C. S. *A mítica do progresso (1955 - 1958)*. São Paulo. Dissertação. (Mestrado em Educação), PUC, 1992.
- SANTOS, E. A. e MONTEIRO, M. R. O Brasil de Olavo Bilac: a construção política de uma identidade nacional. *Pro-Posições*. Revista da FE/UNICAMP. Campinas, SP, v. 13, nº 2, maio/agosto, 2002.